

---

## **O Brasil amanheceu com o Golpe – O filme da posse de Castello Branco.<sup>1</sup>**

Flávia SELIGMAN,<sup>2</sup>  
Miriam de Souza ROSSINI<sup>3</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS  
Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Alvorada, RS

### **RESUMO**

Este trabalho investiga como a Agência Nacional, órgão oficial de notícias, apresentou para a população brasileira a posse do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro presidente da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), a fim de atribuir à figura dele legitimidade para exercer o cargo máximo do poder executivo. Na tentativa de fazer parecer à nação que Castello cumpriria os objetivos da chamada “revolução”, a Agência Nacional propagandeou sua entrada na história do país como uma solução para a questão da integração, da ordem, da segurança e da salvação da nação das garras do comunismo, usando em especial o cinejornal Atualidades Brasileiras.

### **PALAVRAS-CHAVE**

ditadura militar; cinejornais; Agência Nacional; Governo Castello Branco

### **INTRODUÇÃO**

Partindo da análise do material de divulgação, produzido pela Agência Nacional, órgão oficial de notícias no Brasil, este trabalho propõe discutir como a posse do primeiro presidente militar, após o golpe de 1964, foi apresentada à nação, a fim de dar a ele legitimidade, em especial a partir de seu cinejornal Atualidades Brasileiras<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP 1 Cinema, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Pós-doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS, com bolsa CNPq; professora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, e-mail [seligman.flavia@gmail.com](mailto:seligman.flavia@gmail.com).

<sup>3</sup> Professora Titular do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS, e-mail: [miriams.rossini@gmail.com](mailto:miriams.rossini@gmail.com).

<sup>4</sup> (Arquivo Nacional, 2021)

---

Nos anos 1960, os cinejornais eram o formato audiovisual de difusão nacional das notícias, antes da instituição dos telejornais. Foi no espaço público, a partir da sala de cinema, que o imaginário nacional sobre a ditadura foi forjado.

Este trabalho faz parte da pesquisa de pós-doutorado “O Brasil é do Castello! A construção da imagem do Presidente Castello Branco pelos cinejornais da Agência Nacional”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Fabico/UFRGS, sob a supervisão da Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini.

Nosso foco nesta apresentação é o episódio do cinejornal Atualidades Brasileiras, produzido sobre a posse de Castello e disponível no YouTube<sup>5</sup>. Para contextualizar o evento, utilizamos os relatos de Élio Gaspari (2002), Flávio Tavares (2014) e Lira Neto (2019). Para a análise dos elementos audiovisuais e suas significações, especialmente para este artigo, elegemos os estudos de Jacques Aumont, com as obras *A Imagem* (1995) e *A Estética do Filme* (1995).

## OFICIAIS E SIMPATIZANTES

A partir do momento em que a ditadura estava instalada e, principalmente, após a instituição da censura irrestrita para os meios de comunicação, os cinejornais oficiais passaram a retratar e enaltecer o poder militar.

O órgão oficial de comunicação era a Agência Nacional. Ela, mais antiga do que o golpe, foi criada em 1937, no Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), como uma agência oficial de notícias, a fim de controlar a produção e a difusão de informações no País. Segundo Isadora Freitas:

(...) desde os anos 1930, o Estado brasileiro esteve consciente do poder de persuasão que há em uma propaganda bem elaborada. Para Maria Helena Capelato, podemos definir esse traço como um processo que: ‘Interpreta e representa não apenas o poder, mas também a fala de seus espectadores, tentando legitimar e criar, em torno de si, um ambiente social propício ao desenvolvimento e enraizamento de ideias e a ampliação de sua zona de influência em meio à sociedade’ (CAPELATO, 1998, p.79). Assim, consolidou-se na cultura política do país a prática de produção e de difusão informativa oficial, altamente tutelada pelo Estado. (FREITAS, 2020, p. 44)

O objetivo do órgão era divulgar os atos e a propaganda oficial. Inicialmente, as notícias da Agência Nacional estavam ligadas ao Departamento de Propaganda e Difusão

---

<sup>5</sup> (ARQUIVO NACIONAL)

---

Cultural – mais conhecido como DPDC e criado em 1934 – e que, no Brasil, era responsável por notícias impressas, de rádio, cinema, entre outras manifestações culturais. Em 1939, o DPDC foi substituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, conhecido como DIP, que se tornou, então, responsável pela produção destas notícias. Ambos – DPDC e DIP – estavam sob o domínio do Ministério da Justiça, ou seja, de forma indireta, a Agência Nacional estava ligada a este órgão governamental, e tudo que era publicado pela Agência passava pelo ministério e deveria estar de acordo com o que ele defendia.

Durante todo o Estado Novo, a propaganda oficial cumpriu um papel de afirmação dos atos oficiais, do governo e de seus governantes, principalmente Vargas que exibiu uma postura – guardando as devidas proporções – na linha dos demais ditadores populistas do período, como Benito Mussolini e Adolf Hitler.

Com o Golpe de 1964, e a conseqüente censura aos meios de comunicação, a Agência Nacional tornou-se a principal divulgadora do governo, trabalhando a imagem dos presidentes, principalmente através de seus cinejornais. Mais tarde a agência foi transferida para o Gabinete Civil da Presidência da República, hoje Casa Civil. A Agência Nacional permaneceu tendo status de órgão até 1979, e no governo Figueiredo (1979-1985) foi transformada na Empresa Brasileira de Notícias, a EBN. A agência oficial direcionava o trabalho, e outras empresas seguiam à risca as diretrizes.

Para este trabalho, vamos utilizar apenas um episódio do Atualidades Brasileiras que mostra a posse do presidente e oficialmente inaugura o governo militar, produzido pela Companhia Herbert Richards. Os filmes estão, na sua maioria, disponíveis no canal do Arquivo Nacional, no YouTube.<sup>6</sup>

## **POSSE DE CASTELLO BRANCO**

Depois do golpe que destituiu João Goulart, Castello tomou posse como Presidente da República, em 15 de abril de 1964, após ter sido “eleito” pelo Congresso Nacional. Castello foi alçado ao poder por ser considerado uma figura ilibada e que contentava todas as alas políticas (algumas mais, algumas menos). Tinha uma personalidade forte, mas se mostrava passível a negociações. Legalista e conciliador,

---

<sup>6</sup> (ARQUIVO NACIONAL, 2015)

capaz de colocar panos quentes em problemas, ao que tudo indicava ele realmente esperava “pacificar” o país com seu governo militar e entregá-lo a um presidente civil.

No discurso de posse, disse: “Caminharemos para a frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária”. (Discurso de Posse, registro em filme da Agência Nacional).

Aqui vamos mostrar um exemplo da análise deste trabalho, decupando o início do filme da posse. O filme tem um tom formal, representando a ordem e a organização. Ele inicia mostrando a “eleição” de Castello e elogia a escolha do nome para presidente.

Imagens do Congresso Nacional e seus integrantes chegando para a “eleição” que colocou Castello no poder. Os planos privilegiam ângulos que mostram as pessoas agrupadas, para dar a ideia de muita gente (figura 1). A interpretação é bastante clara, o Congresso que elegeu Castello estava cheio, com todos os parlamentares participando. Castello então, teria sido quase uma unanimidade (Juarez Távora recebeu três votos e Eurico Gaspar Dutra, mais alguns, o que só colaborou para mostrar como foi democrática a votação.)

**0:19 – IMAGENS DE BRASÍLIA, PRAÇA DOS TRÊS PODERES, PESSOAS CAMINHANDO E ENTRANDO NO PALÁCIO DO CONGRESSO NACIONAL.**

**NARRADOR:** Brasília, a jovem e bela capital do Brasil, mais uma vez participou da marcha democrática do maior país da América do Sul. Esse era um dia de maior significação para o povo brasileiro. Após retornar à trilha democrática, que o conduzirá a um futuro promissor, iria ser realizada a eleição do novo presidente da nação.

**0:49 – IMAGENS INTERNAS DO CONGRESSO NACIONAL. PLENÁRIO E GALERIAS.**

**NARRADOR:** O plenário e as galerias estavam totalmente lotados por cerca de 3.000 pessoas. A sessão do congresso recebeu a maior presença de todas, quantas se realizaram em Brasília.

**FIGURA 1 – CONGRESSO NACIONAL**



Atualidades Brasileiras (Canal Arquivo Nacional, 2021.)

**TRILHA SONORA EM TOM MILITAR****1:0:03 – IMAGENS DE CÂMERAS DE FILMAGEM****1:11 – IMAGENS DOS CONGRESSISTAS. IMAGEM DE JUSCELINO KUBITSCHEK.****1:22 – IMAGENS DA MESA DA PRESIDÊNCIA DO CONGRESSO**

**NARRADOR:** Confirmariam-se posteriormente as perspectivas de fácil eleição do General (SIC) Humberto de Alencar Castello Branco para a presidência. Com as retiradas prévias das candidaturas Amaury Kruel e Eurico Dutra, a escolha do Chefe do Estado Maior do Exército tornar-se-ia pacífica e tranquila.

Ao primeiro minuto do filme aparece o ex-presidente Juscelino Kubitschek, figura bastante popular e bem quista pela população. O aval de JK dava respaldo à eleição de Castello. Juscelino aparece em Plano Médio, o que possibilita ao espectador identificar bem a sua imagem. Conversa e ri com outros congressistas.

Assim, ao articular planos abertos mostrando o “povo”, e figuras populares da política em planos médios e fechados, além de uma trilha sonora marcial, o cinejornal Atualidades Brasileiras explicita a ideia de continuidade republicana e democrática, ao mesmo tempo em que define a estabilidade social que virá dali para frente, sem extremismos da direita ou da esquerda.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse breve trecho, procuramos demonstrar a ação de análise que faremos, com decupagens dos episódios do cinejornal, a fim de trabalhar separadamente imagem e som, uma vez que não há som direto.

Nesse breve exercício de análise fílmica, é possível perceber que, a partir da escolha de determinadas articulações da linguagem audiovisual, a ideia de um governo eleito “democraticamente” e do aceite popular são estabelecidos. Isso está marcado por planos gerais de populares assistindo à posse e de um congresso cheio. Para enfatizar ainda mais a ideia de multidão, além do enquadramento aberto, foi usado o *contra-plongée*.

Estes recursos técnico-estéticos, aliados ao estilo de narração, à trilha musical e à montagem, dão ao filme um tom formal, ao mesmo tempo em que mostram que a cerimônia foi assistida por populares satisfeitos com o rumo que a nação tomava. E esses populares apoiavam os congressistas que haviam “escolhido” Castello para substituir Jango. Enquanto fonte da história, este cinejornal aponta para um dos lados da história.

---

A partir da análise e da desconstrução do discurso fílmico, espera-se compreender outros lados.

## REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL **Posse de Castello Branco** (1964). Canal do Arquivo Nacional YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mkDjAKGAYC4>. Acessado em 28/06/2024.
- ARQUIVO NACIONAL. Canal do Arquivo Nacional. Youtube. 13 jan. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCcB7XUfJLfmtXx5KRKWAwCg/videos> Acessado em 28/06/2024.
- AUMONT, JACQUES (et al) **A estética do filme**. Campinas: Papirus, 1995
- \_\_\_\_\_, e MARIE, Michel. **Dicionário Teórico e Crítico de Cinema**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1995.
- FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FREITAS, Isadora Dutra de. **Otimismo nas telas: a propaganda oficial da ditadura civil-militar nos cinejornais da agência nacional (1964-1979)**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020. – Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9150>. Acesso em 05 de junho de 2024.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. **A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)**. Revista Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24766>. Acesso em 05 de junho de 2024.
- NETO, Lira. **Castello: A marcha para a ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- TAVARES, Flávio. **1964: O Golpe**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.